

Sarney pede tempo para renovar equipe

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O estilo discreto e impessoal, às vezes hesitante, de governar emprezado pelo presidente Sarney acentua o caráter de transição de sua administração e antecipa o debate sobre a duração do mandato presidencial — que a Aliança Democrática se comprometeu a discutir apenas na Assembléia Nacional Constituinte, a ser instalada em 87. Importantes políticos do PMDB e do PFL, embora firmes no apoio ao presidente, admitem que a falta de feição própria e de definição política da nova administração comprometem o esquema de sustentação da Nova República no âmbito federal, já fisurado nos Estados pelos interesses regionais.

As dificuldades do governo começam dentro da própria Aliança Democrática, onde o PMDB de Ulysses Guimarães está dividido entre manter a postura de partido independente e coerente com a sua doutrina estruturada e vestir a camisa do governo e partir para a sua defesa intransigente, como vem fazendo o Partido da Frente Liberal. A proximidade das eleições nas capitais este ano e as disputas pelos governos estaduais no ano que vem devem aprofundar as divergências entre as várias facções que compõem o maior partido de sustentação do governo, agravando a sua instabilidade.

Problemas existem também dentro da própria equipe governamental. Entre os ministros da Nova República, é notória a diferença de opiniões. Há os chamados ministros do PMDB, os ministros do PFL, os que ainda continuam fiéis à memória de Tancredo Neves e alguns que ainda continuam ministros ninguém sabe por quê. Cada um com seu próprio conceito sobre os rumos da administração e todos falando em nome do presidente da República, que, aliás, tem falado muito pouco e esclarecido menos ainda.

Se aos dirigentes do PMDB e do PFL essas divergências parecem normais, tanto fazendo se alguns peemedebistas prefiram "ser" e outros achem melhor apenas "apoiar" o governo, para a opinião pública e alguns setores militares elas denotam uma fraqueza do presidente da República, num momento em que o País se vê às voltas com uma crise econômica sem precedentes e se faz necessária a existência de um governo firme e decidido para debelá-la.

Alguns oficiais com postos de comando nas Forças Armadas consideram indispensável que o presidente aja com pulso firme na chefia do governo. A exemplo de alguns políticos, eles entendem que já era tempo de Sarney tirar a capa da interinidade, definir rumos para a economia nacional e buscar apoio de toda a sociedade com um projeto já definido, embora sujeito a modificações que o diálogo com a Nação venha a aconselhar. Os militares insistem em reafirmar a coesão das Forças Armadas em torno do presidente e reclamam uma união igual das forças civis que integram o governo.

Ninguém ignora as dificuldades do presidente da República em administrar o País apoiado num conjunto de forças heterogêneas, em que prevalecem mais os interesses dos grupos que dividem o poder do que os verdadeiros objetivos nacionais. Até porque esses objetivos ficaram

meio no ar com a morte do presidente Tancredo Neves. Todos reconhecem que Sarney governa com a equipe ministerial montada por Tancredo, o que reduz a força de sua autoridade e o coloca na delicada situação de acionista principal de um empreendimento em que ninguém detém a maioria do capital.

Entre políticos e militares, há também defensores da tese de que o governo ainda merece uma trégua, cuja duração não está bem definida, para que o presidente coloque em ordem a casa. Sob pena de, não o fazendo, o presidente estar contribuindo para que a sucessão presidencial vá para as ruas junto com a campanha da Assembléia Nacional Constituinte.

Alguns políticos que lhe manifestam preocupação pela falta de linhas mestras para a ação de governo, e o presidente Sarney tem dado a entender que apenas em junho do próximo ano — quando boa parte dos atuais ministros e dirigentes de empresas e órgãos estatais se desincompatibilizarem de seus cargos para disputar a eleição de novembro — ele vai poder montar uma equipe afinada e de sua confiança, comprometida com essa proposta detalhada para o desenvolvimento econômico e a solução da questão social, a ser definida nas conversações que o presidente já vem montando com os diversos setores da sociedade.

O presidente considera necessário um ano ainda para acabar com a fase de interinidade e dar início a um governo com características próprias e definidas. Seus assessores conjecturam que a transição vai até o início da campanha da Constituinte, partindo do pressuposto de que, na pior das hipóteses, o mandato presidencial teria pelo menos três anos de duração. Se a estratégia do governo desse bons resultados, argumentam, o presidente se fortaleceria no decorrer da campanha e dos trabalhos de elaboração da nova Carta e poderia até sonhar com um mandato de cinco anos.

Nem os políticos nem os militares pretendem abreviar muito o mandato do presidente, que afinal se vem esforçando para levar a bom termo a tarefa que estava reservada a Tancredo Neves. Aos políticos, Sarney aponta para um regime verdadeiramente democrático, com eleições livres e pleno restabelecimento do poder civil. Para os militares, Sarney representa a garantia de que não haverá revanchismos nem ameaças à integridade de componentes do regime anterior.

O receio dos militares é que esse quadro de estabilidade precária não perdure até a instalação da Constituinte e a própria campanha enseje a pregação revanchista e desagregadora, até porque boa parte das forças políticas poderá considerar-se descomprometida com o regime vigente. Por isso, alguns chefes das Forças Armadas entendem — com o respaldo de setores expressivos da opinião pública — que o presidente deve agir logo, definindo rumos e tomando decisões, ainda que elas venham a provocar a saída de alguns ministros e a exigir do governo a montagem de uma nova estrutura de apoio político-parlamentar. Ou, então, o governo corre o risco de perder o controle antes da Constituinte. E aí tudo pode acontecer.

S.C.